



A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ESTÍMULO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS POR PRODUTORES RURAIS

Camila Justen da Costa*

Introdução

O desempenho de diversas atividades promove a modificação do ambiente por meio de ações antrópicas, seja nos impactos gerados pela extração de recursos para utilização na forma de matéria-prima, ou em danos provocados durante os processos envolvidos na manufatura e após o seu uso. O ser humano é elemento do meio ambiente, e atua como agente na promoção de alterações, sendo responsável por efeitos positivos e negativos ao mesmo.

A degradação dos recursos hídricos é provocada por diversos fatores, como a disposição inadequada de resíduos sólidos, o despejo de efluentes de origem doméstica e industrial, o uso indiscriminado da água - seja para o abastecimento humano, produção industrial ou agrícola, além do efeito causado pela destruição de ecossistemas que atuam na manutenção hídrica, como as matas ciliares e os banhados.

A utilização racional da água, assim como a conservação deste bem, envolve o desenvolvimento da percepção ambiental da população, que têm como reflexo, seu comportamento. A contribuição dos indivíduos para a sustentabilidade hídrica está ligada a superação do homem como espectador, ao desenvolvimento do sentimento de pertencimento e tomada de consciência da responsabilidade das suas ações perante ao ambiente.

Educação e Percepção ambiental

Os problemas ambientais são fruto de fatores sociais, econômicos e culturais e, portanto, educar as pessoas quanto aos valores e atitudes para com o meio ambiente é essencial. A Educação Ambiental não deve ser vista apenas como maneira de promover o conhecimento dos indivíduos, mas como forma de gerar um comportamento benéfico em relação ao ambiente (ARSLAN, 2012).

A Educação Ambiental deve abordar a influência e o papel do ser humano como parte do fluxo de energia no qual está inserido e que, como um integrante deste sistema, suas atitudes estão relacionadas com a preservação dos recursos hídricos, uma vez que a resolução dos problemas ambientais exige que os cidadãos possuam consciência dos seus deveres e de que sua atuação é de grande importância na conservação do meio ambiente. (MARQUES; CARNIELLO; NETO, 2010).

A educação é um processo chave da percepção, visto que, ao tornar o homem consciente das consequências de seus atos é possível estimular o sentimento de responsabilidade. O conhecimento é essencial para a participação. O entendimento das reações provocadas sobre o ecossistema é uma das maneiras para que a população entenda que o respeito ao ambiente resulta também na melhoria da qualidade de vida (FREITAS; RIBEIRO, 2007).

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, a qual busca a participação de forma individual e coletiva na preservação do ambiente, por meio do fortalecimento crítico acerca dos problemas enfrentados e compreensão da defesa ambiental como um exercício de cidadania, abordando questões ambientais desde o âmbito local até global.

O estudo da percepção ambiental permite a melhor compreensão da relação entre o homem e o ambiente, uma vez que esta é construída pelos valores e experiências de cada indivíduo, sujeita aos estímulos recebidos através dos sentidos, e, portanto, cada indivíduo percebe e reage por meio de distintas ações e condutas. Os cidadãos são expostos a diferentes culturas, grupos socioeconômicos e realidades urbanas, que interferem na sua percepção quanto a conservação ambiental, no entanto, compartilham de experiências comuns, relacionadas ao espaço onde se inserem e a paisagem da qual provem os estímulos sensoriais (MELAZO, 2005), possibilitando a existência de semelhanças entre a percepção de um mesmo grupo de pessoas.

A percepção ambiental é uma das dificuldades encontradas quanto a proteção ambiental, tendo em vista a diversidade dos grupos e de suas funções (UNESCO, 1987), no entanto, a mesma pode ser estimulada através de ações que visem levar informações e promover a sensibilização dos diferentes atores envolvidos na conservação do meio ambiente, ou seja, por intermédio de projetos que envolvam a educação ambiental.

Gestão compartilhada

O problema da água exige que sejam realizadas ações em diversos âmbitos e com a participação de diferentes atores sociais. A leitura da realidade social de uma localidade permite não só ter o conhecimento das informações e do comportamento da população, como também auxilia na identificação de aspectos que necessitam de maior atenção por parte dos tomadores de decisões.

A Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, a qual instituiu a Política Nacional dos Recursos Hídricos, traz como um de seus princípios a gestão descentralizada e participativa das ações envolvidas na gestão dos recursos hídricos, buscando envolver usuários de água, poderes públicos, responsáveis por políticas públicas e a sociedade civil, com o intuito de promover a melhoria da disponibilidade hídrica, reduzir conflitos e promover a compreensão da conservação da água como dotada de valor socioambiental.

O entendimento da percepção ambiental, desta forma, é fundamental para o desenvolvimento de uma gestão ambiental compartilhada, permitindo uma maior proximidade com os problemas existentes na comunidade e servindo como instrumento de apoio a realização de programas que visem combater as deficiências encontradas nas políticas públicas locais (RODRIGUES et al., 2012).

O papel dos produtores rurais na conservação dos recursos hídricos

A Educação Ambiental formal desenvolvida por instituições de ensino busca contemplar crianças, jovens e adultos, devendo ser realizada em paralelo com práticas de educação não formal. Esta última deve atender a população em geral, através dos diferentes meios de comunicação, possibilitando que todos tenham acesso à informação. Um dos grupos que merece destaque, sobretudo no que tange a conservação dos recursos hídricos, são os produtores rurais.

A irrigação constitui-se atualmente um dos usos que mais demanda água em todo o mundo. Além de impactar diretamente na quantidade deste recurso disponível aos demais usos, as atividades agrícolas ainda alteram consideravelmente a qualidade da água por meio dos agrotóxicos utilizados nos cultivos. A intensa mecanização e o manejo inadequado do solo também contribuem para que os efeitos desta prática provoquem danos as características da água.

Outro impacto aos recursos hídricos que está relacionado a agricultura é a destruição de diferentes ecossistemas com o intuito de tornar a terra agricultável. O aterramento e drenagem de nascentes e banhados, a falta de mata ciliar e de vegetação em encostas são exemplos disso. Estas atividades além de prejudicar a infiltração da água, tornam o solo mais suscetível ao processo de erosão e carreamento de sedimentos aos corpos d'água.

A agricultura está relacionada ao sistema ecológico local, gerando diferentes impactos na biodiversidade do meio rural. A existência de informações adequadas e a capacitação prática de agricultores voltada ao equilíbrio entre as suas atividades e o ambiente é uma das formas de estimular seus valores quanto à fauna e a flora, sendo vistos não somente como produtores, mas também como sujeitos atuantes na conservação ambiental (CUNHA et al., 2014).

A participação dos produtores agrícolas é essencial na conservação dos recursos hídricos justamente pela proximidade destes com o meio. Além de promover o entendimento deste grupo sobre o que é meio ambiente e a percepção dos impactos gerados pela modificação da paisagem durante o desempenho das suas atividades, estes devem orientados quanto as ações a serem tomadas para a conservação ambiental, bem como a informação das consequências decorrentes da prática agrícola trazem ao equilíbrio ecológico e as características hídricas locais.

Considerações finais

Desta forma, é fácil notar a inter-relação entre educação e percepção ambiental. Ao desenvolvermos a primeira, estimulamos a segunda. Assim como, o estudo da percepção norteia a aplicação de projetos educacionais voltados ao meio ambiente. A manutenção dos recursos hídricos está relacionada a preservação ambiental, sobretudo de áreas sobre a influência de produtores rurais. Estes, devem receber as orientações adequadas quanto as ações que deve ser tomadas ou evitadas para garantir a manutenção da qualidade e quantidade da água, de modo a promover o desenvolvimento rural de forma sustentável.

Assim, o estudo da percepção destes atores sociais é fundamental para a correta leitura da realidade local, bem como dos valores e experiências de uma população em relação ao ambiente no qual está inserido. A priori da realização de projetos de Educação Ambiental relacionados aos recursos hídricos, os desenvolvedores de políticas públicas

devem ter o conhecimento da percepção ambiental da população na qual as mesmas serão aplicadas. A preservação da qualidade e quantidade da água deve envolver todos os grupos de cidadãos, mas principalmente, deve contar com diferentes abordagens, de acordo com a sua relação com este bem natural, de forma a estimular a consciência ambiental e promover participação de toda a comunidade.

Referências bibliográficas

ARSLAN, Serhat. The Influence of Environment Education on Critical Thinking and Environmental Attitude. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 55, p. 902-909, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1997.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

CUNHA, J. A. S. et al. O papel do produtor e sua percepção de natureza como fator preponderante para o desenvolvimento rural sustentável. **REMEA**, 2014. Disponível em: < <https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3570/2917> > Acesso em: 7 ago. 2016.

FREITAS, Rafael Estrela; RIBEIRO, Karla Cristina Campos. Educação e percepção ambiental para a conservação do meio ambiente na cidade de Manaus uma análise dos processos educacionais no centro municipal de educação infantil Eliakin Rufino. **Revista Eletrônica Aboré**, n. 3, 2007. Disponível em: < http://www.revistas.uea.edu.br/old/aboré/artigos/artigos_3/Rafael%20Estrela%20de%20OFreitas.pdf > Acesso em: 26 jul. 2016.

MARQUES, Lilian Machado; CARNIELLO, Maria Antonia; NETO, Germano Guarim. A percepção ambiental como papel fundamental na realização de pesquisa em educação ambiental. **Travessias**, v. 4, n. 3, p. 337-349, 2010.

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**, v. 6, n. 6, p. 45-51, 2005.

RODRIGUES, Mariana Lima; MALHEIROS, Tadeu Fabrício; FERNANDES, Valdir; DARÓS, Taiane Dagostin. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde e Sociedade**, v.21, n.3, p.96-110, 2012.

UNESCO. **Final Report Expert Panel on Project 13: Perception on Environmental Quality**. Programme on Man and the Biosphere (MaB). Paris: Unesco, 1973.

Minicurrículo da autora

* Camila Justen da Costa: acadêmica de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo. Têm experiência em Iniciação Científica na área da Percepção ambiental. E-mail: camila_justen@hotmail.com